

Deliberação (extrato) n.º 640/2015**Delegação de Competências no Presidente do Conselho Diretivo**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, nos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e do despacho da Ministra da Justiça n.º 2230/2015, de 4 de março, o Conselho Diretivo delibera delegar e subdelegar no seu Presidente, Juiz Desembargador Francisco Brizida Martins, com possibilidade de subdelegação, as seguintes competências, desde que esteja assegurada a prévia cabimentação orçamental nos casos com incidência financeira:

a) Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 100.000, exceto se relativas a anos anteriores, bem como praticar todos os atos inerentes, nos termos e de acordo com os procedimentos fixados no Código dos Contratos Públicos;

b) Autorizar as despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 250 000, exceto se relativas a anos anteriores, bem como praticar todos os atos inerentes, nos termos e de acordo com os procedimentos fixados no Código dos Contratos Públicos;

c) Autorizar deslocações ao estrangeiro que não envolvam encargos para o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. ou, envolvendo encargos, que sejam de duração até cinco dias, bem como as que se realizem no âmbito de projetos já superiormente aprovados;

d) Autorizar, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, o uso excecional do avião, desde que, cumulativamente o seu uso seja considerado imprescindível e se revele mais económico do que qualquer outro meio de transporte;

e) Autorizar, a mobilidade interna dos trabalhadores;

f) Autorizar o estatuto de trabalhador estudante.

2 — A presente deliberação produz efeitos a partir de 01 de março de 2014, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados pelo Presidente do Conselho Diretivo, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação e subdelegação de competências, até à data da sua publicação.

18 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, Juiz Desembargador Francisco Brizida Martins.

208562327

Deliberação (extrato) n.º 641/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 11 de abril de 2014:

Prof.ª Doutora Helena Maria Sousa Ferreira Teixeira, especialista superior de 1.ª classe de medicina legal — designada, em regime de substituição com efeitos a partir de 11 de abril de 2014, para o cargo de Diretora do Departamento de Investigação, Documentação e Investigação, nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

10 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, Isabel Santos.

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Helena Maria Sousa Ferreira Teixeira

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 12 de abril de 1975

Carreira académica e de formação:

Licenciatura em Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Mestrado em Patologia Experimental, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Curso Superior de Medicina Legal, pelo Instituto Nacional de Medicina Legal.

Doutoramento em Ciências Biomédicas, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA, I. P.

Atividade profissional:

Especialista Superior de Medicina Legal do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., desde fevereiro de 2001.

Secretária do Conselho Médico-Legal do INMLCF, I. P., de fevereiro de 2002 a junho de 2003.

Diretora do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Norte do INMLCF, I. P., de 1 de maio de 2009 a 4 de dezembro de 2012.

Representante Portuguesa a nível internacional da “The International Association of Forensic Toxicologists”, desde janeiro de 2004; Membro do Comité Internacional da “TIAFT Young Scientists”, desde junho de 2007 e do Conselho de Assessores da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses, desde junho de 2013.

Professora Auxiliar convidada da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra desde agosto de 2009.

Organização de reuniões científicas e atividade de investigação:

Presidente do 51st International Meeting of TIAFT e Presidente da 1.ª Reunião de Toxicologistas Forenses de Língua Portuguesa e Espanhola

Secretária Adjunta da Comissão de Organização dos congressos “IAFS/WPMO/MAFS 2011”

Membro do Comité de Organização de 11 reuniões científicas: “XI-Vas Jornadas Internacionais Mediterrânicas de Medicina Legal”, “I Encontro de Serviços de Toxicologia Forense”, “III Mediterranean Academy of Forensic Sciences Congress, V Latin-American Congress of Medical Law & III Iberian Congress of Legal Medicine”, “46th meeting of TIAFT — XVIème Congrès de la Société Française de Toxicologie Analytique — Annual meeting of the Society of Hair Testing (SOFT)”, “XXI Congress of The International Academy of Legal Medicine”, “48th Annual Meeting of TIAFT & Joint Meeting With The Society Of Toxicological And Forensic Chemistry”, “7.º Curso de Atualização em Ciências Forenses para Peritos Médico-Legais”, “Curso Teórico-Prático Especializado de Toxicologia Forense — Percurso Laboratorial”, “9.º Congresso Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses”, “Curso Pré-Congresso do 9.º Congresso Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses”, “Curso de Atualização em Medicina Legal e outras Ciências Forenses para Peritos Médico-Legais”

Fez parte integrante de 2 projetos de investigação: Estudo Europeu de Farmacovigilância,

“Acute Pancreatitis case-control Study” (projeto BIOMED II), promovido pelo EPRG European Pharmacovigilance Research Group e integrou o projeto DRUID, projeto organizado pela Comissão Europeia.

Atividade científica:

Autora ou coautora mais de 60 trabalhos (sob a forma de artigo completo ou sob a forma de resumo); Autora ou coautora de mais de 120 trabalhos apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais sob a forma de poster, mais de 60 comunicações (orais e conferências), tendo participado em mais de 90 reuniões científicas;

Responsável pelo processo “Referring” de artigos submetidos a publicação em revistas científicas internacionais: *Forensic Science International; Human & Experimental Toxicology; Clinical Chemistry; Journal of Pharmaceutical and Biomedical Analysis; Rapid Communications of Mass Spectrometry e Toxicology;*

Guest Editor de 2 revistas internacionais: *Forensic Science International & Journal of Analytical and Bioanalytical Chemistry.*

Orientadora e coorientadora de trabalhos de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da FMUC, de mestrados integrados da FMUC e da FCTUC; Orientadora de tese de Doutoramento da FMUP;

Recebeu três prémios de melhor comunicação científica (2 internacionais e 1 nacional).

208568379

Deliberação (extrato) n.º 642/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., em sessão de 24 de julho de 2014:

Lic. Ana Margarida Cardoso Alexandrino — autorizada a renovação da comissão de serviço no cargo de Chefe do Gabinete de Adminis-